

JOSÉ EDUARDO TELLINI TOLEDO  
Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP  
Professor de Direito Tributário  
Advogado tributarista

**O IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS**  
**incidência tributária e princípios constitucionais**

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, 2006

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

TOLEDO, José Eduardo Tellini - O Imposto sobre Produtos Industrializados — incidência tributária e princípios constitucionais - São Paulo : Quartier Latin, 2006.

1. Direito Tributário I. Título

## SUMÁRIO

|                |    |
|----------------|----|
| Prefácio       | 11 |
| Agradecimentos | 17 |
| Introdução     | 21 |

### **Capítulo 1. Evolução Histórica, 25**

|  |    |
|--|----|
| Breves Considerações                             | 27 |
| 1.1 Análise dos textos constitucionais revogados | 27 |

### **Capítulo 2. A Regra-matriz de Incidência, 35**

|   |    |
|---|----|
| 2.1 Evento e linguagem  | 37 |
| 2.1.1 A linguagem do legislador   | 37 |
| 2.1.2 O evento e sua relação com a linguagem  | 38 |
| 2.2 Evento e fato – distinção   | 42 |
| 2.3 A norma jurídica  | 42 |
| 2.3.1 Conceito de norma   | 42 |
| 2.3.2 A norma jurídica  | 45 |
| 2.3.3 Classificação das normas  | 46 |
| 2.3.3.1 Classificação conforme a conduta do destinatário  | 47 |
| 2.3.3.2 Classificação conforme a ação regulada pela norma   | 49 |
| 2.4 A incidência tributária   | 53 |
| 2.5 O antecedente da norma  | 54 |
| 2.5.1 O critério material   | 55 |
| 2.5.2 O critério material da hipótese normativa do IPI  | 56 |
| 2.5.2.1 Industrializar produtos   | 58 |
| 2.5.2.2 Importar produtos (industrializados) estrangeiros   | 71 |
| 2.5.2.3 Arrematar produtos  | 78 |
| 2.5.2.4 Considerações gerais sobre conflito de conceitos de industrialização e de prestação de serviços | 79 |

**Localização: 336.223(81)**

**T649i**

**Código de barras: STJ00065943**

|   |     |
|---|-----|
| 2.5.3 O critério temporal da hipótese normativa do IPI  | 91  |
| 2.5.3.1 Industrializar produtos   | 94  |
| 2.5.3.2 Importar produtos estrangeiros  | 97  |
| 2.5.3.3 Arrematar produtos  | 98  |
| 2.5.4 O critério espacial da hipótese normativa do IPI  | 99  |
| 2.5.4.1 Industrializar produtos   | 100 |
| 2.5.4.2 Importar produtos industrializados  | 101 |
| 2.5.4.3 Arrematar produtos industrializados   | 102 |
| 2.6 O conseqüente da norma  | 102 |
| 2.6.1 O critério pessoal do conseqüente normativo do IPI  | 104 |
| 2.6.1.1 O sujeito ativo   | 104 |
| 2.6.1.2 O sujeito passivo   | 108 |
| 2.6.2 O critério quantitativo do conseqüente normativo do IPI.  | 119 |
| 2.6.2.1 A base de cálculo   | 119 |
| 2.6.2.2 A discussão em torno da inclusão de despesas acessórias na base de cálculo do IPI, bem como a cobrança sobre diferenças, abatimentos e descontos incondicionais | 127 |
| 2.6.3 A alíquota  | 129 |

### **Capítulo 3.**

#### **Os Princípios Constitucionais, 133**

|  |     |
|--|-----|
| 3.1 O princípio constitucional da seletividade   | 138 |
| 3.2 O princípio constitucional da não-cumulatividade   | 143 |
| 3.2.1 A não-cumulatividade e o imposto sobre valor agregado  | 146 |
| 3.2.2 O conceito do signo "compensação"  | 149 |
| 3.2.3 Limites do direito ao crédito  | 150 |
| 3.2.4 O direito ao aproveitamento dos créditos de IPI, nas aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, isentos, tributados à alíquota zero, ou não tributados | 156 |
| 3.2.5 O direito ao aproveitamento do crédito do IPI e o artigo 11 da Lei nº 9779/99  | 167 |
| 3.2.6 A alíquota zero e a competência outorgada pelo Legislador Constitucional ao Poder Executivo  | 170 |
| 3.2.7 A atuação do juiz como legislador positivo   | 174 |
| 3.2.8 Os produtos NT (não tributados)  | 182 |
| 3.2.9 A alíquota do IPI a ser utilizada para o pleno   |     |

**Localização: 336.223(81)**

**T649i**

**Código de barras: STJ00065943**

aproveitamento do direito ao crédito de IPI, nas  
aquisições de matérias-primas, produtos intermediários  
e materiais de embalagem, isentos, tributados à  
alíquota zero, ou não tributados 183

**Capítulo 4.**  
**O Princípio Constitucional da Legalidade e a Suposta Exceção**  
**quanto ao IPI, 189**

**Capítulo 5.**  
**A Exceção ao Princípio Constitucional da Anterioridade, 195**

Conclusões, 201

Bibliografia, 213